Resolução n. 877, de 26 Junho de 1922

A Assembléa Legislativa do Estado de Matto Grosso

Resolve:

Art. Unico.—E' contado ao actual secretario do Tribunal da Relação do Estado, advogado Nicanor de Pinho, para todos os effeitos, inclusive o do art. 107 do Decreto n. 324, de 1. de Fevereiro de 1913, o periodo de 17 de Julho de 1906 a 31 de Agosto de 1909, em que serviu de secretario do mesmo Tribunal; revogadas as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa do Estado de Matto

Grosso, em Cuiabá. 18 de Junho de 1922.

Dr. Estevão Alves Corrêa, Presidente.

João Cunha, 1.' Secretario.

Generoso Alves de Siqueira, 2. Secretario

VOLTE A' ASSEMBLE'A

A Constituição, no § 1. do Art. 55, estabeleceu as condições mediante as quaes se opera a garantia da vitaliciedade em favor dos funccionarios do Estado.

Esta resolução visa assegurar a vitaliciedade ao serventuario da justiça nella naminalmente referido, determinando que lhe seja contado, para completar o triennio constitucional, o tempo em que serviu interinamente no cargo que presentemente exerce.

A segunda condição estabelecida naquelle artigo constitucional, isto é, o provimento ao cargo mediante concurso, não se verificou, porem em favor do alludido serventuario, falta de verificação essa que a Resolu ão collima reparar, prescrevendo que aquella garantia se opere com a só contagem de tempo acima aludido. Mas os direitos constitucionaes e o direito á vitaliciedade nenhum delles pode ser alterado por effeito de leis ou resoluções ordinarias pois que taes alterações do texto e da sancção, no caso vertente circumscripto, de um dos mais claros artigos da nossa Constituição, ainda excepcionalmente importom em reforma parcial della, o que somente se poderá praticar de conformidade com o seu proprio artigo 60.

Deante, pois, do vi io de inconstitucionalidade que annulla esta resolução, nego-lhe a sancção presidencial e, de accordo

com o art. 14 da mesma Constituição, determino que seja devolvido este autographo á Assembléa Legislativa do Estado, Palacio da Presidencia do Estado, em Cuiabá, 26 de Junho de 1922.

L. S. Pedro C, Corrêa da Costa Virgilio Alves Corrêa Filho Carlos Gomes Borralho.